

**ANEXO II-A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO
XXXIII DO ART. 7.º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei N.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

() Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 20 .

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES NÃO
POSSUEM CARGO OU FUNÇÃO NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr^(a) _____, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____ declara, não possuir em seu quadro societário, servidor público do Estado do Espírito Santo, conforme estabelece, o inciso XIX, do artigo 221, da Lei Complementar nº 46/94 e o artigo 35, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

Declaro ainda, não estar em nenhuma situação de impedimento definida para este credenciamento.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O CONTRATADO,
PESSOA FÍSICA NÃO POSSUI CARGO OU FUNÇÃO NO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- (i) Eu, _____, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº _____, declaro, para os devidos fins, que sou servidor público do Estado do Espírito Santo, porém não sou servidor do Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo, e atuarei nesta contratação como **PESSOA FÍSICA** não atingido pelo disposto no inciso XIX do artigo 221 da Lei Complementar nº 46/94 e no artigo 35 da Constituição do Estado do Espírito Santo.¹
- (ii) Eu, _____, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº _____, declaro, para os devidos fins, que não sou servidor público do Estado do Espírito Santo, não atingido pelo disposto no inciso XIX do artigo 221 da Lei Complementar nº 46/94 e no artigo 35 da Constituição do Estado do Espírito Santo.²

Declaro, ainda, não estar em nenhuma situação de impedimento prevista para este credenciamento.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

(Nome e assinatura do profissional)

¹Caso seja servidor público no Estado do Espírito Santo preencha o item 'i';

²Caso seja não seja servidor público do Estado do Espírito Santo preencha o item 'ii'.

**ANEXO II-D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO
CONTRATO PJ**

A empresa _____, por seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penalidades cabíveis, que possui conhecimento do termo de contrato de prestação de serviços, garantindo a capacidade ao atendimento das exigências concernentes à realização dos exames/procedimentos compreendidos no objeto contratual.

Vitória-ES, de de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO
CONTRATO PF**

Eu, _____, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº _____, declaro, sob as penalidades cabíveis, que possuo conhecimento do termo de contrato de prestação de serviços, garantindo a capacidade ao atendimento das exigências concernentes à realização dos exames/procedimentos compreendidos no objeto contratual.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

(Nome e assinatura do profissional)

**ANEXO II-F – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS
PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr^(a) _____, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____ declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme prevê o inciso IV, art. 63 e art. 116 da Lei 14.133, de 2021.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória/ES, de _____ de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO II-G – MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr^(a) _____, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____ declara não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória/ES, de _____ de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO II-H - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

____ de _____ de ____.

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

Empresa/Pessoa Física: (Nome da Empresa/ Nome da Pessoa Física)

Ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo,

Prezados,

A empresa _____ (razão social)/Pessoa Física, inscrita no CNPJ/CPF sob o número _____, com sede à (quadra, rua, etc.) da cidade (nome da cidade, UF, CEP), neste ato representada pelo(s) _____ (representante legal, com qualificação completa — nome, RG e órgão expedidor, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) que a este subscreve(m), vem SOLICITAR seu credenciamento visando à contratação de prestadores de serviços de perícias médicas, pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade em atender as demandas dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Estado, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM.

Damos ciência e concordamos com as condições contidas no Edital de Credenciamento nº 01/2025 e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório respondendo pela veracidade das informações prestadas.

Declaro que responderei pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Acompanham a presente solicitação:

1.1 - Proposta Detalhada, com a indicação do valor unitário do item e do preço global, o município-polo a ser atendido e a localização do consultório (caso o município-polo seja interior).

1.2 – Declarações (Anexos II do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato (Anexo II-I do Edital).

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura - preencher)

**ANEXO II-I - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO
INSTRUMENTO CONTRATUAL**

DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO

NOME:

CONDIÇÃO JURÍDICA DO ASSINANTE:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

Nº. DE IDENTIDADE:

ORGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

DADOS DA EMPRESA

NOME:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TEL.:

BANCO:

AGÊNCIA:

NÚMERO DA CONTA:

DADOS DO PREPOSTO

NOME COMPLETO:

CARGO NA EMPRESA:

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

ANEXO II-J - MODELO DE DECLARAÇÃO MANDATO ELETIVO

Eu, _____, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº _____, declaro, sob as penalidades cabíveis, que não exerço mandato eletivo no âmbito federal, estadual e municipal e não estou registrado oficialmente para candidatura de mandato eletivo.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de _____ de 2025.

(Nome e assinatura do profissional)